

A dualidade de Furtado e Rangel e a abordagem “antidualista” da escola de sociologia da USP*

The Duality of Furtado and Rangel and the “Antidualist” Approach of the School of Sociology of USP

Clarissa Black**

Resumo: o objetivo deste trabalho é apresentar a interpretação de Celso Furtado e de Ignácio Rangel quanto ao dualismo da estrutura socioeconômica brasileira. Para os dois autores, a coexistência entre um setor arcaico com outro moderno tem uma dimensão histórica. Apesar da similaridade conceitual entre os autores, há algumas especificidades na interpretação de cada um deles, principalmente quanto à evolução deste sistema dual e à forma como se relacionam os polos arcaico e moderno. Este artigo também objetiva discutir as críticas à abordagem dualista, tecidas, entre outros, por Maria Sylvia de Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Francisco de Oliveira. O principal argumento de Oliveira e de Franco para o seu “anti-dualismo” é a ideia de que o setor arcaico não seria entrave ao desenvolvimento do setor moderno. Já as contribuições de Cardoso e Faletto nessa discussão remetem aos condicionantes políticos e sociais no processo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Dualismo. Celso Furtado. Ignácio Rangel. Maria Sylvia de Carvalho Franco. Fernando Henrique Cardoso. Enzo Faletto. Francisco de Oliveira.

Abstract: our objective is to present Celso Furtado and Ignacio Rangel’s interpretation about the dualism of the Brazilian socioeconomic structure. For both authors, the coexistence between an archaic sector with other modern has a historical dimension. Despite the conceptual similarity between the authors, there are some peculiarities in the interpretation of each of them, especially regarding the evolution of this dual system and how they relate archaic and modern poles. In this article we also discuss the critics of the dualistic approach, among others, by Maria Sylvia de Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto and Francisco de Oliveira. Oliveira and Franco’s main argument for their “anti-dualism” is the idea that the archaic sector would not be an obstacle to the development of the modern sector. On the other hand, Cardoso and Faletto’s contributions to this discussion refer to the political and social constraints in the development process.

* Submissão: 12/09/2020 | Aprovação: 23/05/2021 | DOI: 10.5380/re.v43i81.76495

** Doutora em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil | ORCID: 0000-0002-1299-719X | E-mail: clarissablack@gmail.com



Keywords: Dualism. Celso Furtado. Ignácio Rangel. Maria Sylvia de Carvalho Franco. Fernando Henrique Cardoso. Enzo Faletto. Francisco de Oliveira.

JEL: O01.

1. Introdução

Uma economia dual consiste em dois setores divididos conforme diferentes níveis de desenvolvimento, tecnologia e padrões de demanda. Este conceito foi originalmente desenvolvido por Julius Herman Boeke (1953) para descrever a coexistência de setores arcaicos e modernos em um estudo sobre a economia dualista da Indonésia, antiga colônia holandesa. Arthur Lewis (1954), por sua vez, demonstrou que o dualismo pode existir mesmo dentro de um mesmo setor, como, por exemplo, quando há utilização de técnicas modernas e tradicionais no setor agrícola.

Alguns intérpretes do Brasil como Celso Furtado, integrante da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), e Ignácio Rangel, membro do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), caracterizaram a estrutura socioeconômica brasileira como dualista. Na visão desses dois autores esse tipo de formação híbrida tem uma dimensão histórica e envolve uma situação de coexistência entre um setor atrasado e outro moderno que acompanha a evolução histórica do país.

Esse modo de pensar é classificado, entre outros, por Bresser-Pereira (1982), como interpretação nacional burguesa, dentre as seis principais interpretações do Brasil¹. Mesmo assim, é possível fazer distinções entre as abordagens de Furtado e de Rangel, principalmente no que concerne à evolução deste sistema e à forma como se relacionam os dois polos à evolução deste sistema e à forma como se relacionam os dois polos.

Após a obra de Caio Prado Jr. e diante da crise econômica e política no Brasil nos anos 1960, surgiram uma série de críticas à interpretação nacional burguesa. Por um lado, a interpretação autoritário-modernizante e, por outro, a interpretação funcional-capitalista, a interpretação da superexploração imperialista e a interpretação da nova dependência (Bresser-Pereira, 1982).

No que tange ao problema da dualidade estrutural, muito presente nas análises cepalinas, a Escola de Sociologia da Universidade de São Paulo (USP) se destaca entre os críticos dessa interpretação, ao adotar uma abordagem “antidualista” da economia brasileira. Nesse debate, ganham evidência as obras de

¹ As seis interpretações do Brasil, segundo Bresser-Pereira (1982) são: i) interpretação nacional-burguesa; ii) interpretação autoritário modernizante; iii) interpretação funcional-capitalista; iv) interpretação da superexploração imperialista; v) interpretação da nova dependência; vi) interpretação do projeto de hegemonia do capital industrial.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e de Francisco de Oliveira.

A ideia de que o setor arcaico não seria entrave ao desenvolvimento do setor moderno é o principal argumento de Oliveira e de Franco para refutar as teses sobre a dualidade estrutural. Por sua vez, Cardoso e Faletto chamam a atenção para a omissão dos condicionantes políticos e sociais no processo de desenvolvimento, nas análises anteriores.

Diante disto, o objetivo deste artigo é apresentar uma revisão bibliográfica acerca da questão da dualidade presente na economia brasileira segundo a interpretação furtadiana e rangeliana em contraste com o “anti-dualismo” da Escola de Sociologia da USP, em especial, Maria Sylvia de Carvalho Franco Francisco de Oliveira, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

Para atingir a esse propósito, este artigo é formado por mais cinco seções além desta introdução. Na próxima seção é abordada a estrutura dual da economia brasileira com origem na formação histórica do subdesenvolvimento, conforme análise furtadiana. A seção seguinte versa sobre a dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel e sua evolução cíclica. Na quarta seção, apresenta-se a crítica à interpretação da dualidade brasileira, segundo Maria Sylvia de Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e Francisco de Oliveira. Por fim, seguem as considerações finais e as referências bibliográficas consultadas.

2. A formação histórica da dualidade brasileira e a interpretação de Celso Furtado

Para compreender o surgimento e a persistência do fenômeno da dualidade em países periféricos como o Brasil, Furtado (1967 [1983]) argumenta que é fundamental estudar a formação histórica do subdesenvolvimento através da propagação da Revolução Industrial.

O surgimento da indústria na Europa em fins do século XVIII provocou uma ruptura na economia mundial e condicionou o desenvolvimento da economia em praticamente todas as regiões do mundo. A expansão do núcleo industrial ocorreu em três sentidos, sendo o primeiro deles dentro da própria Europa Ocidental, com a decadência do artesanato pré-capitalista. O segundo rumo de expansão foi em direção a terras não habitadas e de traços semelhantes aos da Europa, como os Estados Unidos e Austrália (Furtado, 1967 [1983], 1961 [1963]).

Finalmente, a terceira direção de expansão – a mais relevante para o estudo do subdesenvolvimento - ocorreu para regiões já ocupadas, com modos de produção pré-capitalista. O choque dessas estruturas sociais atrasadas com as robustas economias capitalistas resultou, na maior parte das vezes, em um dualismo estrutural, o qual é caracterizado pela coexistência de um setor baseado na maximização do lucro de elevada produtividade e outro no qual predomina o caráter pré-capitalista.

Furtado (1967 [1983]) explica que, como nestas regiões atrasadas o excedente é ou remetido ao exterior ou desperdiçado pelas elites locais no consumo de artigos de luxo², - haja vista a adoção dos padrões de consumo dos países ricos - ao invés de destiná-lo ao investimento para absorver o setor atrasado, a homogeneização estrutural e a superação da dualidade estrutural são obstruídas. Assim, o subdesenvolvimento adquire um caráter permanente, haja vista o insuficiente nível de diversificação da produção e a permanência do subemprego³.

Segundo Furtado (1967 [1983], p. 142) a “[...] estrutura socioeconômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento”. Ao mesmo tempo, o autor refuta a ideia de que o subdesenvolvimento seria uma etapa “necessária” para se alcançar um nível de desenvolvimento pleno. Nas palavras do autor,

O subdesenvolvimento é, portanto, um processo autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento (Furtado, 1967 [1983], p. 142, grifo nosso).

Em outras palavras, o subdesenvolvimento é “[...] uma situação particular, resultante da expansão das economias capitalistas, visando a utilizar recursos naturais e de mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista” (Furtado, 1967 [1983], p. 146).

Para Furtado, o conceito⁴ de dualidade não significa que os dois sistemas produtivos são independentes um do outro. Na verdade, a estrutura dualista se

² Prebisch e Nurkse se empenharam em demonstrar os obstáculos à formação de capital pelo lado da demanda (Furtado, 1985).

³ Também chamado “desemprego disfarçado”, conceito que foi introduzido por Joan Robinson e utilizado por Nurkse para sua ideia de “poupança oculta” (Furtado, 1985).

⁴ Vale destacar a diferença entre os conceitos de dualismo estrutural e heterogeneidade estrutural, na obra de Celso Furtado. O dualismo estrutural faz referência a *modos de produção* diferentes (capitalista e pré-capitalista), os quais convivem em uma mesma formação econômica e social. Por outro lado, a heterogeneidade estrutural remete à existência de *processos produtivos* diferenciados, em termos tecnológicos e organizacionais, os quais estão inseridos no setor capitalista.

caracteriza pela interdependência entre os dois modos de produção, a qual é responsável pela permanência de elementos pré-capitalistas⁵.

Isso porque quanto maior é a faixa de subsistência, menor tende a ser o excedente da agricultura, o que pode significar um problema na medida em que funciona como um limitador para absorção do trabalho no setor moderno (Furtado, 1967 [1983]). Desse modo, Furtado (1959 [2010]) alegava que o setor atrasado (economia de subsistência) seria um empecilho ao desenvolvimento pleno do setor moderno da economia.

Vale resgatar o legado da Formação Econômica do Brasil, na qual Furtado (1959 [2010]) disserta sobre a história econômica do país, desde a colonização, passando pela economia escravista, a transição para o trabalho assalariado, o deslocamento do centro dinâmico da economia externa em direção ao mercado doméstico e à industrialização.

É justamente na transição do trabalho escravo para o trabalho que surgem características estruturais para a formação socioeconômica do país, que irão persistir mesmo após a etapa de industrialização. Isso porque a instabilidade da economia do açúcar e do ouro, à época, fazia com os produtores se voltassem à economia de subsistência. Isso levaria a uma redução na oferta potencial de trabalho e à imigração de trabalhadores europeus ao país (Belluzzo, 2010).

Como exemplo, nos países europeus, a mudança tecnológica levava a uma eliminação do setor pré-capitalista, o que garantia a oferta de trabalho necessária ao setor em expansão. Por outro lado, no Brasil, o trabalhador do setor de subsistência não era absorvido pela economia cafeeira. Isso porque,

Na economia de subsistência, cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A roça era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuniário, cujo chefe é o proprietário da terra onde ele tem a sua roça. [...]. Havendo abundância de terras, o sistema de subsistência tende naturalmente a crescer [...]. [Ao proprietário de terras] interessava

⁵ Ideia vai de encontro com a proposição de Lewis (1954) de que a transferência do excedente de uma economia subdesenvolvida para o setor industrial criaria um sistema econômico crescentemente homogêneo no qual o crescimento dos salários acompanharia o crescimento da produtividade (Furtado, 1974).

basicamente que o maior número de pessoas vivesse em suas terras [...] (Furtado, 1959 [2010], p. 177-8).

Por sua vez, Rodríguez (2009), ao resgatar o legado de Furtado e da Cepal, vai enfatizar o problema da estrutura da propriedade agrícola capitalista, uma vez que, tanto o latifúndio, quanto o minifúndio limitam a oferta agrícola e a absorção da mão-de-obra. No caso do latifúndio, as terras improdutivas e a mecanização agrícola não elevam a produtividade da terra e a oferta de produtos agrícolas, mas restringem a absorção de mão-de-obra.

Já no minifúndio, como a acumulação de capital é ínfima, não há modificação nos procedimentos rudimentares, o que reduz a produtividade e a fertilidade do solo. Isso causa um êxodo de trabalhadores do campo em direção às cidades, com a transformação do subemprego rural em subemprego urbano. Ademais, isso contribui para aumentar a escassez de alimentos e de matérias primas, o que traz efeitos danosos para o desenvolvimento dos outros setores da economia.

Desse modo, em uma estrutura dual, o setor capitalista possui certas idiossincrasias explicadas pelas relações mantidas com o setor não capitalista, conforme explica o autor:

Assim, o excedente criado no setor capitalista depende fundamentalmente das condições de vida no setor não capitalista. Da mesma forma, essas condições de vida refletem o grau de acessibilidade à terra e ao crédito, que dependem em boa medida do setor capitalista. O estudo do dualismo consiste exatamente em descobrir essas interdependências (Furtado, 1967 [1983], p. 156).

Cabe ressaltar que o dualismo também esteve presente nos períodos iniciais nos países que encabeçaram a Revolução Industrial. Porém, o vagaroso crescimento da população, a emigração e o aumento das exportações viabilizaram a absorção plena do setor de subsistência pelo setor capitalista moderno, em um caminho rumo à homogeneização estrutural. Diferentemente disso, nos países periféricos:

O fenômeno do subdesenvolvimento é fruto de novas condições históricas, que criam sérios obstáculos à absorção do setor pré-capitalista, e transformam o dualismo numa característica estrutural permanente (Furtado, 1967 [1983], p. 151).

No desenvolvimento industrial das economias avançadas, a adoção de preços baixos foi importante na eliminação dos modos de produção atrasados. Por outro lado, no caso da industrialização substitutiva de importações brasileira, os preços dos produtos industriais permaneceram em níveis mais altos, uma vez que a concorrência com os produtores estrangeiros foi suprimida, no contexto da redução na capacidade de importar da economia (Furtado, 1968).

Furtado destaca que o subdesenvolvimento pode se manifestar de diversas formas e em diferentes graus. A forma mais simples é a existência concomitante de um setor exportador e de um setor de subsistência. A forma mais complexa é a coexistência de três setores: um de subsistência, outro ligado ao comércio externo e o último caracterizado pela indústria direcionada a atender o mercado nacional (Furtado, 1967 [1983]).

No Brasil, o reinvestimento dos lucros do setor cafeeiro – possibilitado pela oferta elástica de fatores - mesmo que restrito a esse setor permitiu uma paulatina absorção do setor de subsistência e o financiamento da imigração europeia, o que se mostrou fundamental na constituição do mercado interno e, posteriormente, para os investimentos industriais (Furtado, 1967 [1983]).

Desse modo, a indústria que atendia o mercado interno estava inserida em um processo de substituição de importações. Assim, deveria produzir bens semelhantes aos que eram anteriormente importados e adotar uma tecnologia que possibilitasse imitar esses produtos, ao invés de empregar técnicas para absorção completa do setor atrasado. As consequências disso remetem a uma lentidão na alteração da estrutura ocupacional, a qual é caracterizada pelo desequilíbrio entre oferta e demanda de mão de obra, o que, por sua vez, mantém os salários reduzidos e exclui uma ampla parcela da população dos benefícios do progresso.

Furtado afirma, portanto, que o fenômeno da dualidade tem origem econômica, “[...] mas são fatores de ordem tecnológica que a aprofundam, dão-lhe permanência e fazem do subdesenvolvimento um processo fechado, que tende a se autogerar” (Furtado, 1967 [1983], p. 147).

Podemos afirmar ainda que, a interpretação de Celso Furtado sobre a dualidade brasileira possui um caráter cultural, uma vez que uma minoria encontra-se culturalmente integrada às economias centrais, enquanto outras estão excluídas deste processo. Vale lembrar que o aumento dos investimentos nos setores que

produzem para as elites obstrui a difusão do progresso tecnológico para os demais segmentos que produzem para as massas (Furtado, 1967 [1983]).

Conforme Borja (2009), o dualismo cultural indica que as diferenças entre o setor moderno e o atrasado também se refletem na cultura material e não material⁶. O mimetismo cultural por parte das elites intensifica a concentração de renda e aumenta o abismo social entre incluídos e excluídos do sistema capitalista de produção.

Assim, as elites dos países periféricos se identificam muito mais com a cultura dos países centrais. A dominação cultural exercida pelos países centrais obstaculiza a formação de uma identidade nacional com base nos valores coletividade, o que, por sua vez, inviabiliza a concretização de um projeto nacional com fins de elevar a autonomia das decisões.

Desta forma, a dualidade deve ser compreendida nas relações entre centro e periferia. Nesse sentido, a ação do Estado para acabar com o dualismo deve visar compatibilizar a capacidade de oferta e os padrões de consumo.

Países como o Japão e a Rússia, por exemplo, nas primeiras etapas do seu desenvolvimento, limitaram o consumo imitativo e de luxo e destinaram o excedente para o desenvolvimento tecnológico, situação oposta à opção adotada pela América Latina (Furtado, 1978).

Por fim, cabe ainda destacar que a eliminação do dualismo não conduz necessariamente ao desaparecimento do subdesenvolvimento, se não houver mudança estrutural e crescente autonomia nas decisões da coletividade⁷ (Furtado, 1967 [1983]).

3. A dualidade básica da economia brasileira segundo Ignácio Rangel

Após apresentar a abordagem dualista de Furtado, esta seção resgata a interpretação de Ignácio Rangel sobre a dualidade básica da economia brasileira. Conforme Bresser-Pereira e Rego (1992), a teoria da dualidade rangeliana apresenta a contradição essencial responsável pelo movimento da história do país. Esta teoria é tratada como uma totalidade histórico-estrutural, que considera a

⁶ No âmbito da cultura material está o progresso técnico e a acumulação, por sua vez a cultura não material é formada pelo patrimônio de ideias e valores construídos pela sociedade (Furtado, 1984).

⁷ A importância do estímulo à criatividade para romper a condição de dependência é destacada conforme Furtado (1978). A proposta de “desenvolvimento endógeno” a qual valoriza a identidade cultural do país e decisões que partam “de dentro” pode ser encontrada em Furtado (1984).

especificidade⁸ econômica e social do Brasil, em um contexto de simultaneidade entre relações de produção historicamente defasadas em comparação com aquelas existentes na Europa. Na teoria da dualidade rangeliana há influência das ideias de Marx, Schumpeter e Keynes.

A dualidade rangeliana é formada por dois polos, um interno e outro externo, e dois lados cada um. “Polos são diferenças econômicas regionais e/ou estruturais dentro de uma economia nacional” (Guimarães, 1994, p. 64). Por sua vez, o conceito de lado separa a economia nacional do resto do mundo. O autor alerta que o lado externo de uma economia não é o lado interno de outra economia, mas deve ser interpretado como a externalidade de todas as economias nacionais. O quadro a seguir ilustra a dualidade básica da economia brasileira:

Quadro 1 – Esquema da Dualidade da Economia Brasileira, segundo Ignácio Rangel

Dualidade da Economia Brasileira	polo interno	lado interno
		lado externo
	polo externo	lado interno
		lado externo

Fonte: elaboração própria com base em Rangel (1981, p. 10).

No lado interno do polo interno estão as relações de produção dominantes no âmbito doméstico e no lado interno do polo externo estão as relações de produção emergentes no país. O lado externo dos dois polos reflete as relações vigentes nos países centrais, sendo que o lado externo do polo externo é a economia mundial, ou seja, não faz parte da economia nacional (Rangel, 1981).

Segundo Guimarães (1994) a dualidade de Rangel é uma proposta que compatibiliza a questão dialética externa e interna em um ambiente de luta de classes e pactos de poder. Rangel afirma que “a economia brasileira se rege basicamente, em todos os níveis, por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção” (Rangel, 1957 [1999], p. 32). E complementa ressaltando que “essas duas formações básicas [...] não se limitam a coexistir. Pressionam

⁸ “Tudo muda na ciência econômica ao mudar a realidade estudada” (Rangel, 1957 [1999], p. 26).

continuamente uma sobre outra, estão em permanente conflito” (Rangel, 1957 [1999], p. 32).

Apesar de a dualidade brasileira ser formada por quatro lados, são apenas duas as classes que formam uma aliança de poder, a qual muda conforme a dualidade. A classe hegemônica (sócio maior) manifesta interesses conflitantes antagônicos e quando não é mais possível conciliá-los, a classe hegemônica perde poder. No contexto de crise, há eliminação do lado interno do polo em crise e o estabelecimento de um novo pacto de poder e de uma nova dualidade, na qual o sócio menor da dualidade precedente passa para o posto de classe hegemônica (Rangel, 1981).

O lado externo do polo externo está sempre adiantado em relação ao Brasil e reflete a dependência do desenvolvimento brasileiro em relação às economias centrais. Desse modo, “[...] a história do Brasil não retrata fielmente a história universal, especialmente a europeia, porque nossa evolução não é autônoma, não é produto exclusivo de suas forças internas” (Rangel, 1957 [1999], p. 29, grifo nosso).

À época do descobrimento da América, a Europa sustentava um modo de produção dual, haja vista a formação de núcleos capitalistas dentro da sociedade feudal. O capitalismo mercantil predominava no seu interior, enquanto que suas relações externas continuavam sendo feudais. No entanto, esta dualidade era distinta da dualidade brasileira, pois era temporária e porque o polo mais avançado da dualidade era o polo interno, o que ocorreria de modo inverso na dualidade brasileira (Rangel, 1981).

O contato da Europa com o mundo atrasado ocorreu pelo seu lado externo, em uma tentativa de adaptar a América em um sistema feudal. No Brasil, o feudalismo foi estabelecido juridicamente pela afirmação da propriedade através do Tratado de Tordesilhas. Mesmo assim, permanecia não feudal, uma vez que aqui não havia a servidão. Estas relações, portanto, vão constituir o polo interno da dualidade: seu lado interno era escravista enquanto que seu lado externo era feudal (Rangel, 1981).

Apesar da economia e da sociedade colonial serem marcadas pela dualidade, apenas após a Abertura dos Portos e a Independência é que se consolidou a primeira dualidade brasileira. Nesse período, através do comércio externo, desenvolveram-se elos entre o país e o capitalismo industrial incipiente,

ou seja, houve alterações nas relações externas⁹. Assim, na denominada primeira dualidade – com duração de 1815 a 1870 – o modo de produção do polo interno era feudal, seu lado interno era escravista (pré-feudal) e seu lado externo era feudal. Já o polo externo era capitalista, sendo que seu lado interno era representado pelo capitalismo mercantil e o lado externo pelo capitalismo industrial (Rangel, 1981).

Pode-se perceber que a primeira dualidade brasileira é composta por três dos cinco¹⁰ modos fundamentais de produção que fazem parte do materialismo histórico. O chamado sócio maior desta dualidade (a primeira em ordem cronológica entre quatro dualidades colocadas por Rangel) é a classe de barões de escravos e o sócio menor é a classe comerciante (Rangel, 1981).

Cabe ressaltar que, para Rangel, as diferentes relações de produção “[...] não se justapõem mecanicamente. Ao contrário, agem umas sobre as outras, acham-se em constante conflito, a ver qual imporá sua dinâmica específica ao sistema. Noutros termos, estão em unidade dialética, unidade de contrários” (Rangel, 1957 [1999], p. 26).

Concernente à transição de um modo de produção para outro, a mudança ocorre no mesmo sentido da evolução das fases do materialismo histórico. Assim, nas palavras do autor:

Cada um desses modos de produção está dialeticamente unido aos demais, isto é, interfere no funcionamento destes e sofre a influência deles, sem, por isso, perder a própria identidade. Sob a pressão das forças produtivas em expansão, o escravismo tende para o feudalismo, este para o capitalismo mercantil, este para o capitalismo industrial e, num futuro ainda imprevisível, na época da primeira dualidade, o capitalismo industrial daria origem ao capitalismo financeiro, além do qual está o socialismo (Rangel, 1981, p. 19).

Esse processo de mudança segue algumas leis próprias: i) ao expandir as forças produtivas e entrar em oposição com as relações existentes, muda apenas um polo enquanto que o outro permanece, formando uma nova dualidade; ii) renovam-se de forma alternada o polo interno e o externo; iii) o polo muda quando

⁹ Os avanços nas relações internas ocorreriam mais tarde, com a abolição da escravidão e com a República (Rangel, 1957 [1999]).

¹⁰ Comunidade primitiva, escravismo, feudalismo, capitalismo (mercantil, industrial e financeiro) e socialismo.

passa ao lado interno o que existia no lado externo iv) o lado externo do polo em alteração também se modifica e forma-se uma nova união dialética de contrários; v) as alterações na dualidade brasileira – haja vista sua condição periférica - ocorrem por modificações no centro dinâmico, o qual engendra movimentos cíclicos que regulam as condições do comércio exterior (Rangel 1981).

Conforme vimos, a história econômica e política do Brasil desde a independência do país é a apresentada por Rangel como uma sucessão de dualidades, as quais iniciam coincidentemente com o início das fases descendentes dos ciclos longos de Kondratiev. O principal impacto destes ciclos para economias periféricas como o Brasil ocorre no âmbito do comércio exterior, tanto no que se refere aos volumes comercializados, quanto no que tange aos termos de troca. O autor defende que, em períodos de crescimento no ciclo, o país eleva suas vendas externas. No momento em que o ciclo se inverte, o país engendra a substituição de importações e aumento dos investimentos, o que implica em mudança institucional e supressão do lado interno do polo em crise.

A segunda dualidade (de 1870 a 1920) internamente se transformou em feudalismo, o que foi possível haja vista o fim do tráfico de escravos e a Lei de Terras. O lado interno era, portanto, feudal e o capitalismo mercantil fazia parte tanto do lado externo do polo interno quanto no lado interno do polo externo. Enquanto isso, no centro dinâmico estava o capitalismo industrial. O sócio maior desta dualidade era a burguesia comerciante, integrante do polo externo, enquanto que o sócio menor eram fazendeiros, latifundiários feudais e comerciantes, os quais integravam o polo interno.

A terceira dualidade (1920 a 1973) apresentada por Rangel (1981) é diferente da segunda dualidade somente quanto ao polo externo, no qual o lado interno passou a ser o capitalismo industrial e o lado externo passou para o capitalismo financeiro. O sócio maior passou a ser os fazendeiros comerciantes dentro do polo interno, enquanto o sócio menor passou a ser a burguesia industrial nascente, que respondia pelo polo externo.

Vale lembrar que, a partir da terceira dualidade, o desenvolvimento industrial nacional possibilitou o surgimento de ciclos próprios¹¹, os quais funcionariam como aceleradores das mudanças, ou seja, a periferia já não é mais desprovida de dinamismo próprio. Prova disso é que, mesmo na fase de

¹¹ Ciclos endógenos, breves, também chamados de Ciclos de Juglar-Marx.

crescimento do ciclo de Kondratiev, o processo de substituição de importações no Brasil não foi interrompido¹². Mesmo assim, a economia brasileira continua sendo influenciada principalmente pelas economias centrais.

Desse modo, nossa interpretação da terceira dualidade de Rangel vai de encontro com a de Bresser-Pereira e Rego (1992). Esses autores argumentam que Rangel possivelmente teria cometido uma repetição, pois a relação dominante continuou sendo feudal tanto na terceira dualidade, como na segunda. Para os autores, o mais correto seria a interpretação de que no polo principal estaria inserido o capital mercantil no lado interno e o capital industrial no lado externo. Já o polo secundário estaria correto para os autores.

O problema da interpretação de Bresser-Pereira e Rego (1992) é que ela implicaria em uma modificação simultânea nos dois polos da nova dualidade e isso vai de encontro com a “2ª lei da dualidade brasileira”. Essa “lei” afirma que os polos mudam alternadamente, ou seja, em cada nova dualidade muda apenas um polo e o outro permanece. Em outras palavras, da primeira para a segunda dualidade muda apenas o polo interno; da segunda para a terceira dualidade muda apenas o polo externo; da terceira para a quarta dualidade muda apenas o polo interno. Nesse sentido, Rangel (1987) apresenta as características da terceira dualidade de acordo com essas “leis” e também de modo compatível com seu artigo de 1981, ou seja, dificilmente cometeria um duplo equívoco.

Por fim, com relação à quarta dualidade, Rangel se mostra otimista, pois acredita que o fim da terceira dualidade constituirá uma quarta dualidade (1973 - ?), na qual o polo principal seria o capitalismo financeiro, sendo que seu lado interno seria o semi-salariado, o lado externo o semicapitalismo rural. No polo externo, o capitalismo industrial estaria no lado interno, enquanto no lado externo estaria o capitalismo financeiro. O sócio maior seria a burguesia industrial em representação do polo externo, já o sócio menor teria a nova burguesia rural como representante do polo interno. Nessa última dualidade (que estaria no futuro), os dois polos apresentam o mesmo modo dominante de produção (capitalista). Portanto, “a economia e a sociedade se homogeneízam, renunciando o fim do próprio fenômeno da dualidade” (Rangel, 1981, p. 33, grifo nosso).

¹² Vale destacar que, o processo de substituição de importações no país iniciou na fase recessiva do ciclo de Kondratiev.

4. Crítica da escola de sociologia da USP à interpretação da dualidade brasileira

Diante das interpretações dualistas da economia brasileira de Furtado e Rangel, esta seção discute as principais críticas da Escola de Sociologia da USP a esse tipo de abordagem, em especial, as contribuições de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e Francisco de Oliveira.

Vale destacar que os escritos de Maria Sylvia de Carvalho Franco e Fernando Henrique, entre outros, têm suas origens no grupo de Seminário sobre Marx, dentro da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Schwarz (1998) recorda que a partir de 1958 foi criado um seminário para estudar a obra de Marx e uma melhor compreensão da realidade brasileira. A proposta era de uma interpretação dialética e um distanciamento em abordagens do “subdesenvolvimento” e do “atraso”.

Segundo Rocha (2011), uma das primeiras análises críticas da interpretação dual é realizada por Maria Sylvia de Carvalho Franco (1964 [1997]) no trabalho *Homens livres na ordem escravocrata*. Para Botelho (2013), a estrutura socioeconômica originada da grande propriedade agrícola no Brasil é caracterizada pela autora como uma “unidade contraditória” e não como uma aparente “dualidade integrada”.

Para Franco (1964 [1997]), portanto, ao nível das aparências, haveria uma combinação de estruturas socioeconômicas diferentes, uma voltada à produção de subsistência e outra destinada ao mercado, as quais formariam uma “dualidade integrada”. O que a autora defende, por outro lado, é a ideia de “unidade contraditória”, uma vez que esses diferentes modos de produzir fazem parte um do outro. Isso porque, segundo a autora, os dois setores teriam a mesma origem na economia colonial e ambas seriam funcionais e indispensáveis para o funcionamento da empresa colonial.

Desse modo, a autora critica a polarização entre as categorias “moderno” e “tradicional”, pois seria um modo de pensar normativo e ausente de historicidade. Para a autora, essas categorias não seriam disjuntas, uma vez que compõem uma “unidade contraditória” (Botelho, 2013, p. 356).

Em seu trabalho intitulado *Sobre o conceito de tradição*, a autora procura se distanciar da ideia de que elementos tradicionais seriam empecilhos a transformações rumo à modernidade, pois “[...] na verdade, esses elementos

permanecem, são produzidos e reproduzidos no interior de um sistema social, porque se inscrevem em seu feixe de significados básico” (Franco, 1972, p. 40).

Um posicionamento crítico em relação à interpretação dualista também é compartilhado por Cardoso e Faletto (1967 [2004]). Os autores argumentam que a visão da Cepal é incompleta por ser excessivamente economicista e, portanto, por deixar de lado fatores políticos e sociológicos. Para eles, o desenvolvimento seria o mais político dos temas econômicos, pois entendem que é por meio da política que os grupos econômicos estabelecem relações sociais e o modo de produção para desenvolver aquela forma econômica e social conciliável com suas ambições.

Também refutavam a noção cepalina de centro-periferia e as categorias presentes nessa abordagem tais como: “moderno” e “atrasado”; “mercado interno” e “mercado externo”. Os autores criticavam o dualismo estrutural sob duas diferentes óticas:

De um lado, os conceitos “tradicional” e “moderno” não são bastante amplos para abranger de forma precisa todas as situações sociais existentes, nem permitem distinguir entre elas os componentes estruturais que definem o modo de ser das sociedades analisadas e mostram as condições de seu funcionamento e permanência. Tampouco se estabelecem, por outro lado, nexos inteligíveis entre as diferentes etapas econômicas – por exemplo, subdesenvolvimento, desenvolvimento através de exportações ou de substituição de importações etc. – e os diferentes tipos de estrutura social que pressupõem as sociedades “tradicionais” e as “modernas” (Cardoso; Faletto, 1967 [2004], p. 29).

Os autores afirmam que essa abordagem é limitada também no que tange ao entendimento de como ocorrem as mudanças de um modo de sociedade para outro e complementam que:

[...] a mudança das estruturas sociais [...] implica fundamentalmente um processo de relações de grupos, forças e classes sociais, através do qual alguns destes tentam impor ao conjunto da sociedade a forma de dominação que lhes é própria (Cardoso; Faletto, 1967 [2004], p. 29).

Nesse sentido, os autores criticavam qualquer ideia de unidade da nação, pois essa visão deixava em obscuro as relações entre as classes sociais no plano

interno e o fato da burguesia local estar associada às burguesias dos países centrais. Fica evidente a oposição dessa interpretação com o caráter nacionalista e modernizador da burguesia presente na análise da Cepal e de Furtado.

Ao se distanciar da noção cepalina de “centro” e “periferia”, o conceito de dependência de Cardoso e Faletto (1967 [2004]) não trata de uma relação metafísica entre uma nação e outra, mas sim, considera que as relações se tornam concretas na medida em que uma série de interesses interliga uns aos outros diferentes grupos e classes sociais. Em outras palavras, a interpretação da dependência enfatiza o conflito entre as classes mais do que a exploração entre as nações.

Cardoso e Faletto (1967 [2004]) desenvolvem a “teoria da dependência”, considerada uma interpretação sociológica e política da América Latina que se define no campo teórico da teoria marxista do capitalismo e a fonte metodológica é a dialética. Ela surge em contraponto à interpretação nacional-burguesa, mas pode ser considerada complementar às teses do imperialismo. Cardoso (1970) ressalta que as suas principais críticas se direcionam à omissão dos condicionantes políticos e sociais no processo de desenvolvimento, às teorias da modernização (funcionalistas) e à análise “etapista” e evolucionista do desenvolvimento econômico. Nesse ponto, percebe-se alguma aproximação entre Furtado e Cardoso, uma vez que ambos rejeitam a ideia de que o desenvolvimento nos países periféricos repetiria de forma defasada as etapas realizadas pelas economias desenvolvidas.

No título do texto “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? Cardoso (1970) ressalta que a sua teoria da dependência não possui generalidade, uma vez que busca analisar tão somente o caso concreto da América Latina. Portanto, considera ser essencial estudar a situação latino-americana específica e o tipo de integração social das classes sociais no âmbito nacional e sua relação de dependência em relação ao sistema econômico e aos grupos políticos internacionais.

Vale observar que a análise do desenvolvimento não consiste simplesmente em uma justaposição de elementos econômicos e sociais e de fatores externos e internos. Cardoso e Faletto (1967 [2004]) analisam as relações exteriores a partir de condicionantes internos, de um modo “causal-significante”, no qual as “[...] implicações [são] determinadas por um modo de relação historicamente dado”

(Cardoso; Faletto, 1967 [2004], p. 35) e não de forma automática ou mecanicista, como se os resultados internos fossem gerados a partir de origens externas. Na verdade, os autores rejeitam a separação metafísica entre fatores externos e internos, pois, na verdade, segundo os autores, eles estão em unidade dialética.

A concepção de dependência dos autores implica estabelecer “[...] as relações que tornam inteligíveis as situações empíricas em função do modo de conexão entre os componentes estruturais internos e externos” (Cardoso; Faletto, 1967 [2004], p. 35). Desse modo,

“[...] desloca-se a explicação de um plano simplista do condicionante externo sobre o interno para uma concepção mais integrada do relacionamento das partes que compõem o sistema capitalista internacional. Substitui-se um estilo de análise baseado em determinações gerais e abstratas [...] por outro que procura situar concretamente cada momento significativo de modificação da produção capitalista internacional, mostrando como se dá a rearticulação das classes sociais, da economia e do Estado em situações particulares. Ao deslocar dessa forma o núcleo das explicações do processo histórico, assegura-se, ao mesmo tempo, a possibilidade de encontrar vias distintas de rearticulação de uma situação de dependência para outra, de um período para outro. Em resumo, aceita-se que existe uma “história” – e portanto, uma dinâmica, própria de cada situação de dependência (Cardoso, 1970, p. 31, ênfase no original, 1970).

Nesse sentido, a dependência é a “[...] expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional” (Cardoso, 1970, p. 32). Esta teoria procura analisar as inter-relações entre as classes e as economias dos países dependentes com os países centrais, sem deixar de lado, a contraposição de seus interesses. É, portanto, uma abordagem dos interesses que colocam as classes sociais em conflito e em movimento.

A teoria da dependência de Cardoso e Faletto (1967 [2004]) foi formulada ao considerar nova forma de dependência, a qual possibilitava a industrialização e o desenvolvimento das economias dependentes, desde que as alianças internas fossem capazes de promover o crescimento industrial e econômico. Para os autores, havia três situações de dependência ou de dominação no estudo do caso

concreto da América Latina: i) nacional-exportadora; ii) economia de enclave; iii) dependente-associada.

A nova dependência pode ser explicada devido à emergência de uma nova divisão internacional do trabalho, da intensificação do caráter monopólico do sistema capitalista – em especial, o capital financeiro – e do desempenho das multinacionais permitirem a industrialização nas economias periféricas. A conexão entre as economias atrasadas e os países centrais se intensifica por meio do investimento estrangeiro, principalmente direcionado para o setor manufatureiro. Assim, assume-se a possibilidade de desenvolvimento em condição de dependência, o denominado “desenvolvimento dependente-associado”.

Os beneficiários desse desenvolvimento seriam as empresas estatais, as multinacionais e as empresas domésticas associadas a eles. Por outro lado, o desenvolvimento “autônomo” na América Latina era algo improvável para os autores, pois rejeitavam a possibilidade de pactos nacionais, haja vista a inexistência de uma burguesia nacional genuína e autônoma no Brasil, o que vai de encontro com a interpretação nacional-burguesa. Ademais, consideravam a poupança externa como um pré-requisito para o desenvolvimento da América Latina.

Os autores também criticam o conceito de desenvolvimento de Celso Furtado por presumir redistribuição de renda e homogeneização social. Isso porque Cardoso e Falleto (1967 [2004]) usam o referencial marxista de desenvolvimento como sinônimo de acumulação de capital, com suas desigualdades e contradições. Mesmo que os autores reconheçam a desigualdade como um problema histórico no país, isso não impossibilitaria a expansão capitalista.

Vale observar que a viável compatibilização entre desenvolvimento e dependência não estava previsto nem na análise nacional-burguesa, tampouco nas teorias imperialistas ou da acumulação capitalista. Entretanto, os autores argumentam que o desenvolvimento não é um processo automático, mas sim uma possibilidade.

Segundo Bresser-Pereira (2010), a ideia de dependência associada contribuiu para a perda da importância do conceito de nação, o que levou, em consequência, a uma maior dificuldade para a construção de um projeto nacional de desenvolvimento. Isso porque indicava uma proposição normativa de

associação às economias avançadas e não se colocava como crítica ao imperialismo.

O autor lembra que existem três interpretações da dependência, sendo a da dependência associada ligada à escola de sociologia da USP uma delas. A outra seria a da “superexploração”, a qual tinha Ruy Mauro Marini como um de seus proponentes. O autor argumentava, por exemplo, que os trabalhadores receberiam um salário abaixo do nível de subsistência e eram superexplorados, pois estavam subordinados tanto às elites locais quanto ao centro imperial.

Já a terceira linha de interpretação é formada por Celso Furtado e Oswaldo Sunkel, segundo a leitura de Palma (1978) e Bresser-Pereira (2010). Ela surge da autocrítica daqueles que defendiam a interpretação inicial da CEPAL e do ISEB.

Por sua vez, Oliveira (1972) em *Economia brasileira: crítica à razão dualista* também discorda, assim como Franco (1964 [1997]), da ideia de que a existência de um setor atrasado seria empecilho ao desenvolvimento do setor moderno. O autor argumenta que o setor de subsistência não seria vestígio do passado, mas parte funcional do desenvolvimento moderno do país e do processo de acumulação.

Isso porque alguns fatores, tais como oferta elástica de terras e de trabalho, possibilitavam uma “acumulação primitiva” no campo, o que traria importantes consequências para a relação entre indústria e agricultura. Ao impedir o crescimento dos custos de produção agrícola relativos aos industriais, contribuía para o baixo custo de reprodução da mão de obra urbana e para a geração de um proletariado rural adequado à produção voltada ao mercado interno e externo.

A existência de uma agricultura rudimentar repercutia também na formação de “exércitos de reserva” nos centros urbanos, ao mesmo tempo em que abasteciam as cidades com os excedentes da produção agrícola, cujos preços eram dados pelo custo de reprodução da força de trabalho rural. Esses fatores, somados à existência de uma série de serviços os quais formavam uma espécie de “economia de subsistência urbana”, nos termos de Oliveira (1972), e ainda à legislação trabalhista recente, contribuía para o rebaixamento dos salários urbanos. Esse panorama da força de trabalho juntamente com o crescimento da produtividade industrial contribuiu para o processo de acumulação, por um lado, e para a concentração de renda, por outro.

Portanto, a relação entre os dois setores não é vista como antagônica, mas sim complementar,

O quadro descrito nada tem a ver com a oposição formal de quaisquer setores "atrasado" e "moderno", assim como está longe de existir a difundida tese da inelasticidade da oferta agrícola [...] Assim, não é simplesmente o fato de que, em termos de produtividade, os dois setores — agricultura e indústria — estejam distanciando-se, que autoriza a construção do modelo dual; por detrás dessa aparente dualidade, existe uma integração dialética. A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades de expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos [...], ela tem uma contribuição importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente como mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. Longe de um crescente e cumulativo isolamento, há relações estruturais entre os dois setores que estão na lógica do tipo de expansão capitalista dos últimos trinta anos no Brasil. A tensão entre agricultura e indústria no Brasil não se dá ao nível das relações das forças produtivas, mas se dá ou se transfere para o nível interno das relações de produção tanto na indústria como na agricultura (Oliveira, 1972, p. 20-21).

O autor também coloca outras críticas ao dual-estruturalismo, especialmente no que concerne ao conceito de subdesenvolvimento, entendido como a simultaneidade entre um setor moderno e outro atrasado. Oliveira (1972, p. 7) argumenta que, “[...] esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos”. Entretanto, complementa o autor, a ideia de oposição entre os setores reside apenas na sua forma, pois “[...] de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’ [...]” (Oliveira, 1972, p. 7-8).

A questão do desenvolvimento é abordada pelo dual-estruturalismo sob o prisma das relações externas no sistema centro-periferia, sendo, portanto, um problema que decorre da oposição entre países. Por outro lado, para Oliveira (1972, p. 8), “[...] antes da oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas”. Nesse sentido, o autor complementa afirmando que, “[...] a expansão capitalista no Brasil foi muito mais o resultado concreto do tipo e do estilo da luta de classes interna do que um mero reflexo das condições imperantes no capitalismo mundial” (Oliveira, 1972, p. 43).

Oliveira (1972) também se opõe à interpretação cepalina quanto às origens da dualidade brasileira. Para Furtado e para Cepal, conforme discutido na seção 2, a política protecionista alfandegária manteria produtos de qualidade inferior e preços mais elevados, o que impediria a absorção do setor atrasado pelo moderno. Ademais, o desperdício em consumo de luxo, seria um obstáculo à formação de poupança e, por ser de pouco volume, estimularia o uso de técnicas intensivas em capital, o que diminuiria a absorção de mão de obra e aumentaria a relação produto/capital. Isso levaria a uma queda na taxa de lucro e de investimento, segundo a Cepal.

Com relação à questão da rentabilidade, Oliveira (1972, p. 22) argumenta que a:

[...] rentabilidade ou a taxa de lucro podem aumentar ainda quando fisicamente o capital não seja utilizado integralmente: não somente a variável "mais-valia" joga um papel fundamental nessa possibilidade, como as posições monopolísticas das empresas, elevando os preços dos produtos.

Já no concerne à manutenção de preços artificialmente elevados, Oliveira (1972, p. 24) destaca que,

O que é absolutamente necessário é que os altos preços não se transmitam aos bens que formam parte do custo de reprodução da força de trabalho, o que ameaçaria a acumulação. Já os preços dos produtos dos ramos chamados "dinâmicos" podem e até devem ser mais altos comparativamente aos importados, porque a realização da acumulação que depende deles se realiza interna e não externamente.

Quanto aos obstáculos criados por padrões de consumo mais sofisticados pelas elites, Oliveira (1972, p. 23) alega que “[...] a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo”. Desse modo, “foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a ‘substituição de importações’ é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém não suficiente” (Oliveira, 1972, p. 24). Nesse sentido, para o autor, “[...] qualquer postulação de alternativas de consumo ou de aumento da propensão para poupar não é mais que um puritanismo puramente adjetivo que nada tem a ver com a estrutura de classes e de apropriação do excedente típicos da situação brasileira” (Oliveira, 1972, p. 43).

No que tange à incorporação de tecnologia dos países avançados pelos países periféricos, Oliveira (1972) afirma que os países atrasados podem adotar tecnologias intensivas em capital antes mesmo que os salários se elevem o bastante para estimular mudanças tecnológicas internas. Para o autor, o cerne da questão não é que a industrialização não estimule a criação de empregos, mas sim “[...] ao acelerar-se, ele pôs em movimento uma espiral que distanciou de modo irreversível os rendimentos do capital em relação aos do trabalho” (Oliveira, 1972, p. 38). Isso não apenas “pula” fases da acumulação, mas diminui o circuito de realização do capital. Assim, “a razão histórica da industrialização tardia converte-se numa razão estrutural, dando ao setor Secundário e à indústria participações desequilibradas no Produto e na estrutura do emprego” (Oliveira, 1972, p. 38). Desse modo,

“[...] o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relação de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria. Mas, longe do modelo "clássico", em que esse elemento estratégico tende a "exportar-se" para o restante da economia, no caso brasileiro [...] a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o dos serviços. A "especificidade particular" de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga "periferia" onde predominam padrões não-capitalísticos de

relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento dos setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema (Oliveira, 1972, p. 40).

A passagem a seguir sintetiza a interpretação “antidualista” do autor quanto ao modo de acumulação e às causas e consequências do processo de crescimento do capitalismo no Brasil após os anos 1930.

A evidente desigualdade [...] é não somente desigual mas combinada, *é produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência de setores "atrasado" e "moderno"*. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é antes uma presença constante. A originalidade consistiria talvez em dizer-se que [...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado *exclusivamente* para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil, quando se opera uma transição tão radical de uma situação em que a realização da acumulação dependia quase que integralmente do setor externo, para uma situação em que será a gravitação do setor interno o ponto crítico da realização, da permanência e da expansão dele mesmo. Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista — como querem alguns — transformaram-se no pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir (Oliveira, 1972, p. 32).

5. Considerações finais

Este artigo discutiu as interpretações dualistas da economia brasileira segundo Celso Furtado e Ignácio Rangel e apresentou as principais críticas da

Escola de Sociologia da USP a esse tipo de abordagem, em especial, as contribuições de Maria Sylvia de Carvalho Franco, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto e Francisco de Oliveira.

Diante das diferentes abordagens dualistas de Furtado e de Rangel, cabe fazer, primeiramente, um paralelo entre os principais pontos de intersecção e de divergência entre elas. Os autores partem da formação histórica das estruturas econômicas e sociais brasileiras para demonstrar o surgimento do fenômeno da dualidade no país. Eles concordam que a dualidade brasileira se expressa na coexistência entre um setor moderno e outro atrasado, relação que reflete a dependência do país periférico em relação ao centro dinâmico.

Para Furtado, a dualidade é a característica básica do subdesenvolvimento, o qual tende a perdurar em função da incapacidade de absorção completa do setor pré-capitalista e de eliminação das diferentes formas de subemprego. Para o autor, os dois polos estabelecem uma relação de interdependência, na qual não se criam as condições para sua superação. O setor arcaico é visto como um obstáculo para a eliminação do subdesenvolvimento e a enorme proporção de subemprego no início da fase de desenvolvimento “para dentro” constitui um elemento explicativo essencial de sua própria persistência.

Por outro lado, Rangel inova no seu modelo de dupla-dualidade - com dois polos e dois lados cada um - e ao compatibilizar a questão dialética “para dentro/para fora”, sem negligenciar o papel da luta de classes e dos pactos de poder. Para ele, os modos de produção não somente coexistem, mas pressionam-se em permanente conflito, em “união dialética de contrários”. Trata-se, portanto, de uma “dualidade dialética”.

Para Rangel, o que ocorre é uma evolução em que métodos mais “modernos” superam os modelos atrasados em um processo dialético, com concomitante evolução das classes, haja vista a consideração da dinâmica cíclica própria da economia. As alterações ocorridas no centro dinâmico provocam mudanças na estrutura da dualidade brasileira, através das relações estabelecidas com as economias centrais pelo lado externo do polo externo. A sociedade brasileira muda de modo de produção e o faz no mesmo sentido geral no qual muda a sociedade humana - de acordo com os modos de produção do materialismo histórico - mas seguindo algumas leis específicas.

De um ponto de vista crítico, as duas teorias têm uma parcela de determinismo, quando Furtado argumenta, por exemplo, que a condição inicial da dualidade é também a resposta para sua perpetuação; ou quando Rangel cria um modelo de dualidade que presume a sua superação no futuro.

No que concerne à importação de tecnologia dos países centrais por parte dos países periféricos, para Furtado, esse é um elemento que atua na perpetuação da heterogeneidade estrutural¹³, do dualismo e do subdesenvolvimento. Rangel, por sua vez, considera que é por meio das relações externas que a dualidade brasileira pode evoluir e ser superada, até o momento em que os dois polos terão o mesmo modo dominante de produção (capitalista) e a economia e a sociedade se homogeneizarem, com o desaparecimento da dualidade, o que ocorria na quarta dualidade.

Para superação da condição dual, a relevância do papel do Estado é maior na análise furtadiana, haja vista o caráter cíclico da análise rangeliana. Para Furtado, são fundamentais as reformas estruturais e o planejamento com fins de compatibilizar padrões de consumo que sejam coerentes com a estrutura de oferta e com a orientação tecnológica da periferia.

Mesmo assim, Rangel considera o papel do Estado importante para acelerar o processo de superação da condição dual da economia brasileira, mas sem esquecer-se de que a economia é um processo histórico, cíclico e dialético. Um dos traços peculiares do seu pensamento é a ideia da dinâmica própria da economia, a qual é influenciada principalmente pelo mercado e pela tecnologia.

Por sua vez, Maria Sylvia de Carvalho Franco adota uma perspectiva de “unidade contraditória” para caracterizar a economia brasileira, o que a aproxima da análise de Rangel, por um lado, mas por outro acaba se afastando, ao adotar uma abordagem antidualista. Para a autora, o setor atrasado faz parte do moderno, de acordo com sua visão, e ambos têm a mesma gênese na economia colonial. Portanto, a autora, assim como Francisco de Oliveira, rejeita a ideia de Furtado de que o setor atrasado seria obstáculo ao desenvolvimento do setor moderno.

Por sua vez, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto criticam a supressão dos fatores políticos e sociais das análises dualistas. Assim como Francisco de Oliveira, enfatizam mais a luta de classes do que o conflito entre

¹³ Ver nota de rodapé nº 4.

nações. Pode-se concordar que esse tipo de crítica cabe à análise de Furtado, mas não na dualidade de Rangel, a qual incorpora a luta de classes e os aspectos políticos na sua abordagem. Por outro lado, algum “etapismo” pode ser identificado na análise de Rangel, o qual é refutado, entre outros, por Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

A possibilidade de desenvolvimento mesmo em situação de dependência, segundo Cardoso e Faletto, e o caráter não nacionalista da burguesia no Brasil contrastam com a interpretação de Furtado, especialmente no que tange ao seu conceito de desenvolvimento. Para os primeiros, o desenvolvimento não pressupõe homogeneização social, mesmo que esta seja uma característica desejável.

Já a ideia de dependência associada é criticada por Bresser-Pereira, pois reduz a relevância do conceito de nação e, conseqüentemente, para a elaboração de um projeto nacional de desenvolvimento. Ademais, a tese de Cardoso e Faletto não se colocava como crítica ao imperialismo e indicava uma associação com as economias centrais, diante da inexistência de uma burguesia nacional.

No que se refere às principais críticas de Francisco de Oliveira, o autor rejeita a tese de inelasticidade da oferta agrícola da Cepal, ao mesmo tempo em refuta a ideia de que o consumo de luxo obstaculiza a absorção do setor atrasado pelo setor moderno. Isso porque, segundo o autor, os objetivos da industrialização não remetem às necessidades de consumo, mas sim ao processo de acumulação de capital.

O autor também defende que o setor atrasado contribui para o processo de acumulação do setor moderno, ao diminuir o custo de reprodução da força de trabalho. Desse modo, Oliveira analisa as implicações do setor de subsistência para o setor moderno, sob a ótica do rebaixamento dos salários. Por outro lado, Furtado adota a perspectiva das quantidades produzidas no setor de subsistência como obstáculo ao desenvolvimento do setor moderno. Em outras palavras, o setor atrasado parece ser empecilho pela ótica dos volumes, mas não sob o prisma dos preços.

Ao final da discussão proposta neste artigo, pode-se inferir que o debate sobre desenvolvimento e dualidade estrutural é formado por diferentes visões, conceitos e métodos. O ponto de intersecção entre as diferentes interpretações apresentadas neste artigo é a importância atribuída por elas ao caráter histórico do desenvolvimento. Nesse sentido, o estudo tanto da história econômica do país

quanto da história do pensamento econômico brasileiro são ferramentas fundamentais para a percepção dos desafios que se colocam para o desenvolvimento do Brasil. Nesse sentido, a superação da desigualdade econômica e social do país exige, antes de tudo, compreender sua dimensão histórica-estrutural.

Referências

BELLUZZO, L. G. de M. Prefácio. In.: FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Seis interpretações sobre o Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, v. 38, p. 17-48, 2010.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; REGO, J. M. Um mestre da economia brasileira: Ignácio Rangel. *Texto para discussão EAESP/FGV*, São Paulo, n. 22, 1992.

BÖEKE, J. H. *Economics and economic policy of dual societies, as exemplified by Indonesia*, New York: International Secretariat, Institute of Pacific Relations, 1953.

BORJA, B. Cultura e desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado. In: Anais do 5º Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Salvador, 2009.

BOTELHO, A. Teoria e história na sociologia brasileira: a crítica de Maria Sylvia de Carvalho Franco. *Lua Nova*, n. 90, p. 331-336, 2013.

CARDOSO, F. H. C. “Teoria da dependência” ou análises concretas de situações de dependência? Texto apresentado no 2º Seminário Latino-Americano para el Desarrollo, Santiago, 1970.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina* Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora de Civilização Brasileira, 1967 [2004].

FRANCO, M. S. de C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: EdUnesp, 1964 [1997].

FRANCO, M. S. de C. Sobre o conceito de tradição. *Cadernos CERU/USP*, n. 5, 1972.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1959 [2010].

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961 [1963].

FURTADO, C. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1967 [1983].

FURTADO, C. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FURTADO, C. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

FURTADO, C. *A fantasia organizada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

GUIMARÃES, C. A dualidade brasileira de Ignácio Rangel. *Revista de Economia Política*, v. 14, n. 4, p. 62–75, 1994.

LEWIS, A. Economic development with unlimited supply of labour. *The Manchester School*, v. 22, n. 2, p. 139–191, 1954.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo: Estudos Cebrap 1972.

OLIVEIRA, F. *Crítica à razão dualista, o ornitorrinco*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

PALMA, G. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment? *World Development*, v. 6, n. 7–8, p. 881–924, 1978.

RANGEL, I. *Dualidade básica da economia brasileira*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Ignácio Rangel, 1957 [1999].

RANGEL, I. A história da dualidade brasileira. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 4, p. 5–34, 1981.

RANGEL, I. Dualidade e ciclo longo. *Geosul*, v. 1, n. 3, p. 44–62, 1987.

ROCHA, M. A. da. Revolução Brasileira, Dualidade e Desenvolvimento. In: MALTA, M. M. *Ecos do desenvolvimento: uma história do pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Ipea, 2011.

RODRIGUEZ, O. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARZ, R. Um seminário de Marx. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 50, p. 99-114, 1998.